



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **3000947-03.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes**
 Requerente: **Alcebiades Pereira Gomes Filho Som Me**
 Requerido: **REDE CHECK EX COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que a autora se volta contra sua inscrição pela ré junto a órgãos de proteção ao crédito.

Alegou para tanto que nada devia a ela, de sorte que almeja à exclusão da negativação verificada e à declaração da inexistência do débito.

A ré, a seu turno, sustentou a regularidade de seu procedimento, levado a cabo a partir de contrato firmado com a autora e em relação ao qual havia prestação em aberto, dando ela ensejo à negativação questionada.

As preliminares suscitadas em contestação não merecem acolhimento.

Com efeito, o relato exordial é claro e permite compreender o exato objetivo da ação intentada.

Inexiste vício de natureza formal a maculá-lo, não se podendo olvidar que nesta sede vigoram os princípios informadores da simplicidade e da informalidade (art. 2º da Lei nº 9.099/95).

Rejeito, pois, as prejudiciais arguidas, com a ressalva de que o mais aventado a esse título encerra matéria de mérito.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Após a oferta da contestação, a autora admitiu ter firmado com a ré o contrato de fls 43/45, aderindo aos serviços por ela prestados.

Todavia, ressaltou que lhe foi dito no ato da contratação que somente deveria algo à ré se efetivamente utilizasse os seus serviços.

Assim posta a questão debatida, e diante do reconhecimento da ré de que a autora não realizou nenhuma consulta ou realizou o pagamento de qualquer fatura (fl. 66, parte final do primeiro parágrafo), é de rigor o acolhimento da pretensão deduzida, ao contrário do pedido contraposto exarado na contestação.

Isso porque a ré não logrou demonstrar a origem do débito que propiciou a negativação da autora.

Ela não corresponde certamente a nenhuma prestação em aberto do contrato aludido (fls. 43/45), seja porque o valor da prestação ajustada era de R\$ 35,00 e não R\$ 27,10, seja porque não se sabe o que teria motivado a cobrança relativa a janeiro de 2009 quando o contrato foi feito em dezembro de 2007 sem que a autora até então tivesse feito um único pagamento com fundamento nele.

O argumento da cláusula de fidelização ter um prazo mínimo de doze meses não altera o quadro delineado diante do decurso do mesmo em janeiro de 2009.

Como se vê, a ré não logrou amearhar elementos de convicção consistentes que prestigiassem o entendimento de que havia débito da autora que pudesse dar causa à sua negativação, afigurando-se nesse diapasão bastante razoável a versão de que a utilização dos serviços seria imprescindível para que nascesse a obrigação dela.

Levando em conta que isso incorreu, conclui-se em consequência que a dívida da mesma forma não se perfez.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação e **IMPROCEDENTE** o pedido contraposto para declarar a inexistência do débito tratado nos autos.

Torno definitiva a decisão de fl. 07.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95. P.R.I.

São Carlos, 07 de abril de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**